



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

ANDRÉA MARIA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO.**

LIMOEIRO-PE

2013

ANDRÉA MARIA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a MS. Cristiane Sousa De Assis

LIMOEIRO-PE

2013

ANDRÉA MARIA DOS SANTOS SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa MS. Cristiane Sousa de Assis.

Aprovada em: ____/____/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MS. Cristiane Sousa de Assis- Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

S586d Silva, Andréa Maria dos Santos.

Os desafios da inclusão: estudantes com necessidades educativas especiais na educação infantil do município de Limoeiro / Andréa Maria dos Santos Silva.
– João Pessoa: UFPB, 2013.
44f.

Orientador: Cristiane Sousa de Assis
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) –
UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Educação inclusiva. 3. Atendimento educacional especializado. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.24 (043.2)

Dedico este trabalho a Deus,
nosso grande mestre que nos ama sem distinção,
aos meus pais, Severino e Severina,
principais responsáveis por minha formação,
ao meu esposo Sérgio,
por sua paciência e dedicação e
a minha filha Celina Cecília,
pelo amor de menina que ela é.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, de onde vem à força nos momentos mais difíceis, a Professora Idelsuite de Sousa Lima e a Professora Cristiane Sousa de Assis, em especial, por ter dedicado tempo, paciência, incentivo e orientação neste trabalho.

A todos os professores, gestores, coordenadores, alunos e pais que colaboraram com minha pesquisa. A todos do POLO UAB/Limoeiro que acompanharam o meu percurso, em especial a Adiel Aureliano de Melo que por muitas vezes me elevou na caminhada me impulsionando a persistir e a Maria do Carmo de Moura Silva que tanto me auxiliou na construção deste trabalho. Por fim a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a efetivação deste aprendizado.

“Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”

Maria Teresa Égler Mantoan

RESUMO

Apresentam-se neste Trabalho de Conclusão do Curso os resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida no município de Limoeiro/PE com o objetivo de analisar os avanços e limitações enfrentadas pelas escolas para garantir a inclusão dos alunos com deficiência na Educação Infantil. Tomou-se como referência a Constituição Federal Brasileira (1988) que, em seu artigo 206, inciso I, profere a igualdade de condições ao acesso e a permanência da criança na escola, como um dos princípios fundamentais do ensino básico, assegurando, pois, o atendimento especializado na rede regular como um dever do estado e a Resolução CNE/CEB nº2/2001, artigo 2º, que determina a matrícula de todos os alunos nos sistemas regulares de ensino, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com deficiência, no sentido de assegurar-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade a todos. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, fundamentada em uma abordagem qualitativa, que se utilizou de questionários abertos e fechados, entrevistas e observações, para coleta de dados. Os sujeitos pesquisados foram três professores das salas de recursos multifuncionais, três professores da sala de aula regular do Ensino Infantil, três dirigentes de escolas, uma coordenadora do programa sala de recursos e três pais de alunos inseridos nestas salas, perfazendo um total de treze sujeitos participantes. Os questionários e entrevistas foram formulados após ter sido, inicialmente, desenvolvido um levantamento bibliográfico sobre a temática estudada e aplicado após as observações e registros feitos no diário de campo. Ao final do trabalho foi possível constatar no município de Limoeiro/PE que, apesar dos problemas identificados na pesquisa a exemplo do transporte insuficiente e da falta de mão de obra qualificada para trabalhar com alunos que apresentam deficiência, o processo de inclusão vem avançando gradativamente e as salas de recurso multifuncional vêm dando suporte a esta inclusão escolar e social de pessoas com deficiência, garantindo não só a permanência, mas, sobretudo, o desenvolvimento sócio cognitivo das mesmas no ambiente escolar.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

Are presented in this work Course Completion results of a field survey conducted in the city of Limon / PE in order to analyze the advances and limitations faced by schools to ensure the inclusion of students with disabilities in kindergarten. Was taken as a reference to the Brazilian Federal Constitution (1988) which, in its Article 206 , paragraph I , gives equal conditions of access and retention of children in school , as one of the fundamental principles of basic education , ensuring therefore the specialized care in mainstream as a duty of the state and CNE / CEB No. 2/2001 , Article 2 , which determines the enrollment of all students in mainstream education systems , leaving it to the schools organize themselves to meet learners with disabilities , to ensure them the necessary conditions for a quality education to all . This is a field research, exploratory, based on a qualitative approach , which was used for open and closed questionnaires , interviews and observations , for data collection . The subjects studied were three professors of multi-functional capabilities, three teachers from the regular class room Childhood Education, three leaders of schools, one coordinator resource room program and three parents of students placed in these rooms, for a total of thirteen subjects participants. The questionnaires and interviews were formulated after having been initially developed a literature on the subject studied and implemented after the observations and records made in the field daily. At the end of the work it was established in the city of Limon / PE that despite the problems identified in the survey such as the insufficient transport and lack of skilled manpower to work with students who have disabilities , the inclusion process is advancing gradually and the multifunctional rooms feature have supported this educational and social inclusion of people with disabilities , ensuring not only the permanence , but especially cognitive development partner of the same in the school environment .

Keywords: Early Childhood Education. Inclusive Education. Specialized educational services

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS E MARCOS LEGAIS QUE NORTEIAM A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR.....	18
4 METODOLOGIA.....	21
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
7 REFERÊNCIAS.....	34
8 APÊNDICE	35

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino constitui-se como um grande desafio para professores e funcionários dentro de uma unidade escolar de ensino. O acolhimento destes alunos e a busca por aprimoramento e treinamento para os profissionais envolvidos no processo educativo requer capacitação adequada, planejamento das atividades, dedicação, organização, políticas públicas, comprometimento com a causa e flexibilidade curricular para promover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes.

As Leis brasileiras garantem o acesso à educação regular dos alunos que apresentam deficiência. Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Diz ainda que ela deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 34). A Lei é específica quanto à obrigatoriedade em acolher alunos com necessidades especiais, contudo, só a inserção destes alunos não é suficiente para garantir o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para Carvalho (2005), as leis no Brasil asseguram os direitos somente na teoria, ficando muito distante de um resultado satisfatório, pois é preciso desenvolver ações concretas e integradas com todos os agentes envolvidos – escola, família e equipe multiprofissional.

A ênfase dada à inclusão escolar deve-se as políticas públicas adotadas pelo Brasil, nos últimos anos, sobretudo por ser um país membro da ONU, que assumiu o compromisso de garantir e promover a integração e a participação, bem como combater a exclusão e segregação das pessoas.

Sabe-se que essas políticas públicas foram influenciadas por movimentos e declarações internacionais a exemplo da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1948), além dos próprios documentos brasileiros que garantem o acesso à educação para todos, como a Constituição Federal (1988) que, em seu artigo 206, inciso I, profere a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios para

o ensino e garante como dever do estado o atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 9394/96 -LDB- e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no artigo 2º determina que os sistemas de ensino devem matricular “todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001, p.1)

Em relação ao princípio de igualdade, Fávero (2007, p.14) discorre que, os documentos oficiais, direta ou indiretamente, proporcionam “significativos avanços para a sociedade uma vez que oferecem inúmeras alternativas de sua aplicabilidade”. Nessa perspectiva, baseada na Legislação vigente, decidi investigar como o município de Limoeiro tem avançado para garantir a inclusão dos estudantes com deficiência na Educação Infantil. Afinal, quais são as limitações encontradas pelos profissionais da educação para desenvolver tal tarefa, no município de Limoeiro?

Convém ressaltar que, atualmente o município de Limoeiro destaca-se na região por dar atenção especial ao ensino inclusivo, não só com a instalação das Salas de Recursos Multifuncionais, mas com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nota-se que os professores estão buscando cada vez mais conhecimentos e fundamentações que embasem e orientem suas práticas, objetivando o desenvolvimento dos alunos e não apenas sua inserção no ambiente escolar. A cidade também conta com uma parceria entre os profissionais da área da saúde que podem diagnosticar possíveis transtornos e síndromes em nossos alunos para que estes tenham acompanhamento e atendimento adequados, visando o bem-estar e o pleno desenvolvimento destas crianças.

Importa enfatizar ainda que, diante de tantas particularidades surgem às dúvidas e incertezas relacionadas à prática pedagógica. Apesar de todo o movimento em favor da inclusão, faltam informações básicas que sejam capazes de nortear o trabalho do professor na sala de aula, tendo em vista que, na maioria das vezes, ele recebe o aluno, mas se sente despreparado e inseguro para lidar com as suas especificidades, necessidades e limitações. Não há dúvida se trata de um processo gradual, no entanto, a falta de uma orientação mínima que possa nortear o trabalho docente é uma queixa recorrente em toda a literatura pesquisada.

Assim, a presente pesquisa apresenta como **objetivo geral**: Analisar os avanços e limitações enfrentadas pelas escolas de Educação Infantil do município de Limoeiro-PE para garantir a inclusão dos alunos com deficiência nesta modalidade de ensino.

O interesse por este estudo surgiu a partir da minha necessidade pessoal, enquanto professora da rede, de analisar como o município de Limoeiro vem avançando e repensando suas práticas educativas em relação à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, com enfoque para Educação Infantil visto que nossas escolas estão recebendo um público cada vez mais jovem e com necessidades diferenciadas. São objetivos específicos deste trabalho: Discorrer sobre as principais políticas e marcos legais que norteiam a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular; Identificar as concepções de educação inclusiva no contexto da educação infantil no município de Limoeiro; Examinar como as escolas de educação Infantil têm conseguido garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, **O acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência nas escolas de educação infantil**, busca examinar como as escolas do município de Limoeiro vêm garantindo o acesso, a permanência e gerando o sucesso de nossos alunos, conforme prevê e garantem as Leis brasileiras.

O segundo capítulo com o tema: **Principais políticas e marcos legais que norteiam a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular procura** fazer um resgate histórico da Educação Especial no país. Nele é possível ver o que diz a Constituição Federal (CF 88), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

O terceiro capítulo trata da metodologia aplicada nesta pesquisa de campo, classificada como exploratória, fundamentada em uma abordagem qualitativa, que utilizou para coleta dos dados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações realizadas com a coordenadora das SRM, professores, gestores e pais de alunos atendidos nessas turmas. No último capítulo fizemos a análise dos dados coletados baseada nos termos das Leis e na prática pedagógica aplicada ao ensino inclusivo no município de Limoeiro.

Ao final do trabalho foi possível verificar que o município, apesar da falta de acessibilidade, da carência de transporte e de mão de obra qualificada, para trabalhar com alunos que apresentam deficiência, vem avançando gradativamente. Além disso, nota-se que as salas de recurso multifuncional vêm dando suporte a esta inserção escolar e social desses estudantes, garantindo não só a permanência, mas, sobretudo, o desenvolvimento sócio cognitivo dos mesmos no ambiente escolar.

Considerando, pois, a complexidade e relevância do assunto, espera-se que este estudo sirva de base para aprofundamentos futuros.

2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com o documento: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 6)

Esse atendimento terapêutico/assistencialista perdurou por muitos anos e ainda reflete-se na nossa sociedade como “modelo” embora saibamos que estejam ultrapassados. Na tentativa de acertar sem buscar informações renovadoras e atualizadas professores e educadores enganam-se acreditando estarem acertando. Felizmente isso se torna uma minoria, pois os municípios buscam avançar em suas propostas educacionais para garantir o que diz o texto da Constituição Federal que aponta como um de seus objetivos fundamentais: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, art.3º inciso IV, p.5).

Sendo assim nossos alunos com deficiência hoje frequentam as salas regulares de ensino e desenvolvem atividades iguais e/ou diferenciadas no mesmo espaço em que outras crianças consideradas “normais” estão inseridas. Elas convivem e aprendem umas com as outras se descobrindo e superando suas limitações como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

Seguindo o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, p.1)

Como vemos não há mais tempo para esperar é buscar meios para promover a inclusão, atualizar-se e trabalhar da melhor forma possível com o intuito de contribuir

satisfatoriamente para vida de alguém. Nossos alunos buscam em nós alguém que possa contribuir significativamente com eles e com o estudo deles, inseri-los na escola e no convívio com outras crianças só tende a refletir-se positivamente quando se trabalha com esse objetivo, com essa visão de que podemos mais, muito mais.

De acordo com Mantoan, no livro *Atendimento Educacional Especializado*

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento. (MANTOAN - 2007, p.45)

No mesmo livro, Fávero escreve

As escolas tradicionais alegam um antigo despreparo para receber alunos com deficiência visual, auditiva, mental e até física, mas nada ou muito pouco fazem no sentido de virem a se preparar. Há também uma constante alegação de que essa inclusão escolar é muito boa, mas não pode servir para o aluno que tenha deficiências muito graves. Ora, alunos em tais condições estão à procura de tratamentos relacionados à área da saúde e são em número bastante reduzido. As crianças que vêm sendo recusadas constantemente nas escolas são crianças cegas, surdas, com limitações intelectuais e/ou físicas, mas não associadas a doenças. São, apenas, crianças com deficiência. (FÁVERO, 2007, p. 18)

Como vimos, a educação inclusiva é um compromisso de todos e para o bem de todos, ela não separa pessoas ou grupo de pessoas, mas serve de apoio para o ensino regular comum, com ela ganham todos os alunos envolvidos no processo de aprendizagem escolar porque há uma preocupação com que todos aprendam, e aprendam da melhor forma independente de serem cegos, surdos ou tenham limitações intelectuais e/ou físicas. Essa tarefa não é fácil de ser realizada, no entanto é necessário que as escolas tentem se adequar da melhor forma possível para desenvolver mudanças que garantam o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos alunos nas escolas e salas regulares de ensino. Para isso, devem aprimorar suas técnicas e conhecimentos encontrando alternativas para a melhoria da qualidade do ensino para todos além de adaptar instrumentos utilizados para realização de suas aulas facilitando a aprendizagem, adaptando o ambiente para promoção da mobilidade dos estudantes nas salas de aula e dentro do ambiente escolar, pois o aluno não se resume ao espaço da sala de aula ele precisa conviver e circular em todos os ambientes da escola.

Conforme alerta Mantoan (2007- p.46), temos que agir urgentemente: colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam:

- assegurando tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência;
- garantindo o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na própria escola comum da rede regular de ensino;
- abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, responsável pela tarefa fundamental da escola - a aprendizagem dos alunos.

O que significa dizer que, todos os envolvidos no processo educacional escolar - escola, família e equipe multiprofissional - devem contribuir para garantir o sucesso dos alunos nas escolas regulares brasileiras.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001 em seu Art. 1º parágrafo único

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2001, p.1)

É o que vem fazendo a cidade de Limoeiro implantando as Salas de Recurso Multifuncional – SRM - nas escolas da rede municipal de ensino, identificando seus alunos com necessidades especiais e formando profissionais para trabalhar com eles. É claro que há muito para se fazer, mas a cidade vem buscando ampliar seu atendimento e fazê-lo da melhor forma possível em parceria com a rede municipal de saúde, com as famílias e com os profissionais das salas regulares de ensino. Esse atendimento é realizado no contra turno e o aluno possui matrícula dupla no AEE e no ensino regular.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS E MARCOS LEGAIS QUE NORTEIAM A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

No ano de 1998, foi lançado no Brasil, através do Ministério da Educação e do Desporto um documento denominado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Segundo a carta do Ministro Paulo Renato Souza direcionado aos professores de Educação Infantil presente neste mesmo documento

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 1998, p.7)

É importante que o profissional da Educação Infantil conheça o que dizem as Leis brasileiras, no intuito de realizar um bom trabalho educativo junto aos seus alunos, fundamentando a teoria e a prática educativa. Essas Leis existem para serem conhecidas e postas em prática e como bem sabemos, garantem o direito de todos por uma educação de qualidade. O RCNEI (1998) também traz informações acerca do atendimento educacional especializado garantindo o direito das crianças com idade entre zero e cinco anos de estarem na escola regular desenvolvendo suas habilidades e competências, convivendo com outras crianças que possuem necessidades educativas ou não de forma benéfica favorecendo “o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade.” (RCNEI, 1998, p.35).

Convém destacar que, em janeiro de 2008 foi entregue ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva elaborado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial visando “construir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.” (PNEE, 2008, p.5).

Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial expostas neste documento

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação,

a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (...)

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (PNEE, 2008, p.16)

As crianças do Ensino Infantil necessitam estar inseridas num ambiente acolhedor capaz de desenvolver e ampliar suas capacidades. É o que vem realizando o município de Limoeiro adequando-se às Leis, assegurando os direitos de seus alunos e promovendo formações continuadas capazes de auxiliar no desenvolvimento e práticas educativas eficazes favorecendo a aprendizagem desses alunos e suas relações com outras crianças dentro e fora do ambiente escolar. As escolas estão sendo orientadas a reverem seus planos políticos pedagógicos com o intuito de promover uma escola inclusiva e acessível para todos os alunos adequando-se as normas exigidas pela constituição e pelas políticas públicas nacionais. De acordo com o Referencial da Educação Infantil:

É considerada Escola Inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária. (RCNEI, 1998, p.36)

É inegável que nossas escolas estão se adequando ao sistema nacional de ensino visando o bem-estar de nossas crianças e o desenvolvimento integral de suas potencialidades.

A resolução Nº 04 de 02/10/2009, do Ministério de Educação, institui diretrizes operacionais para o AEE. Com relação a sua Função, diz no seu artigo 2º que:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009, p.1)

Os alunos a serem atendidos nas salas de recursos são aqueles que ao longo da sua aprendizagem apresentem de forma temporária ou permanente, alguma necessidade educacional especial. Entre eles estão os alunos que apresentam alguma deficiência, alunos

com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação. Estes alunos devem frequentar a sala de recursos no mínimo duas vezes por semana. (AGNOL, COMIN E INOCENTE, 2010)

Nessa perspectiva, o atendimento deverá ocorrer de forma individualizada e planejada de acordo com as necessidades de cada aluno. Ou seja, as atividades realizadas nas SRMs devem oportunizar autonomia, independência, e valorização das ideias dos alunos, desafiando-os a empreenderem o planejamento de suas atividades.

4 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido metodologicamente com ênfase na pesquisa empírica ou de campo, pautado em uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, na qual foram utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações para coleta de dados. Segundo José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”. Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (PIANA, 2009, p.169)

Para Piana (2009, p.167), “não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo”. Portanto, a escolha adequada dos instrumentos para a coleta de dados é fundamental para que o pesquisador possa desenvolver uma análise do objeto que se pretende investigar. É a partir dessa indagação que o pesquisador se apropria de meios para aprofundar seu estudo e desenvolver sua investigação adequadamente.

A presente pesquisa traz como objeto de estudo uma análise dos avanços que garantem a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular do município de Limoeiro-PE e quais são as principais limitações que o município encontra para desenvolver tal tarefa, junto aos profissionais da educação.

A coleta de dados foi realizada em três escolas da rede municipal de ensino de Limoeiro, sendo duas na Zona Urbana e uma na Zona Rural. Estas estão passando por reformas arquitetônicas para promover a acessibilidade nos prédios, visto que foram contempladas com o Plano de Acessibilidade do Governo Federal. Foram sujeitos da pesquisa: três professores da SRMs, destes apenas um apresentou experiência anterior com estimulação sensorio motora, um segundo era professor alfabetizador da sala regular por onze anos e o terceiro era auxiliar administrativo de uma escola da rede particular de ensino de outro município. Também participaram três professoras da sala de aula comum da Educação Infantil, destas profissionais foi verificado que uma tem 27 anos de experiência como docente

e é graduada em Pedagogia, a mesma tem 45 anos de idade, a segunda tem 9 anos de experiência docente e está com 29 anos de idade, a professora é pós-graduada em Psicopedagogia. A terceira profissional entrevistada tem 2 anos de experiência docente e está com 31 anos de idade cursando o 5º Período de Pedagogia. Quanto aos dirigentes que responderam aos questionários uma tem 5 anos de experiência como gestora e 42 anos de idade sendo pós graduada em Letras; a segunda tem 4 anos de exercício da função e 39 anos de idade sendo graduada em Pedagogia; a terceira gestora possui nove anos de exercício do cargo e 42 anos de idade, esta é estudante de Psicopedagogia. A coordenadora do programa sala de recursos está nesta função desde o ano de 2010, ano em que foi instalada a primeira sala de recursos de Limoeiro, a mesma possui 26 anos de experiência docente e 45 anos de idade. A mesma é estudante do curso de Pedagogia cursando 7º Período. Quanto aos pais de alunos inseridos nestas salas de atendimento especializado foram entrevistados três, a mãe de um dos alunos possui 26 anos de idade e curso Superior incompleto, o segundo pai estudou até a 8ª Série (atual 9º Ano) e uma terceira entrevistada estudou até o Ensino Médio. O número total de sujeitos entrevistados fez um total de treze participantes.

Para realização deste estudo foram utilizados questionários mistos (com questões abertas e fechadas) anexados ao apêndice A e as entrevistas anexadas ao apêndice B além das observações realizadas como instrumento de pesquisa para análise posterior dos dados. Os questionários e entrevistas foram formulados após o desenvolvimento do levantamento bibliográfico sobre a temática estudada e realizada após autorização da Secretaria Municipal de Ensino e dos entrevistados em particular.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo e desenvolvimento desta pesquisa foram realizados no Município de Limoeiro, região agreste de Pernambuco. Como ponto de partida, foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Educação para conversar com a Coordenadora Municipal de Educação Especial, a fim de conhecer dados e solicitar permissão para visitar as escolas públicas municipais. Após esta autorização foram feitas três visitas, por escola, entre os meses de outubro e novembro perfazendo um total de nove visitas realizadas nos horários da manhã e tarde nas salas do Ensino Regular e no AEE. Estas visitas tiveram o objetivo de solicitar autorização para entrega dos questionários (apêndice A), observar o ambiente escolar em relação ao seu espaço físico e ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação que atuam nas mesmas. Durante as visitas às escolas também foram realizadas entrevistas (apêndice B) com pais de alunos atendidos no AEE, essas entrevistas aconteceram durante o atendimento dos filhos, enquanto os pais aguardavam o final do atendimento.

Os questionários foram cedidos à coordenadora na Secretaria de Educação e, após dois dias, recolhidos para análise dos dados. Os que foram repassados as gestoras e professores foram recolhidos após uma semana e serviram de estudo para elaboração deste trabalho de pesquisa.

Todo o processo de investigação foi importante para a aplicação dos conhecimentos adquiridos neste estudo, pois me aproximou de informações a serem documentadas exigindo de mim um conhecimento prévio do assunto abordado levando-me ao encontro de pessoas especiais que desenvolvem trabalhos sérios e que se vêem limitadas frente a alguns problemas, no entanto, não se sentem incapazes para realizar o belíssimo trabalho que é a inclusão dos estudantes que apresentam deficiência. As limitações existem, mas é possível superá-las adaptando ambientes e instrumentos capazes de promover a autonomia e a socialização de crianças autistas, cegas, as que possuem múltiplas deficiências ou qualquer outro tipo de necessidade especial.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Durante a visita inicial realizada na Secretaria de Educação à Coordenadora Municipal de Educação Especial foi relatado como informação inicial que há vinte e quatro escolas e três creches funcionando no município distribuídas entre as Zonas Urbana e Rural, foi informado que todas as escolas têm casos de alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento, com exceção das creches. Quanto ao número de escolas que possuem SRM foi informado que são apenas nove com dezesseis professores atuando.

Quando questionada sobre a preparação e oferta do Ensino Infantil nas instituições municipais para receber alunos com deficiência a coordenadora informou que as mesmas estão preparadas sim, pois esta orientação está sendo muito divulgada e trabalhada dentro do município e as instituições estão conscientes dos direitos que os estudantes tem como pessoa independente de terem ou não necessidades especiais “é um direito deles como pessoa” diz ela. Para isso a coordenadora informou que as escolas vêm se organizando para garantir o acesso, a permanência e o sucesso desses alunos através da efetivação das matrículas destes estudantes, direito este que é garantido por Lei e está presente na CF (88) Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 34) e na LDB – 9394/96 art.3º inciso I – “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A coordenadora informou ainda que a partir do acesso os estudantes tem garantida a permanência na escola e para que o sucesso do ensino ocorra efetivamente são feitos alguns ajustes nos materiais utilizados por esses alunos, adequações arquitetônicas para garantirem acessibilidade dos mesmos na escola e inserção destes alunos nas diversas atividades desenvolvidas pelas escolas durante todo o ano letivo, desde o Ensino Infantil. Foi relatado e constatado através de observação que nem todas as instituições de ensino conseguem garantir essa adequação arquitetônica, pois dependem de recursos advindos do poder municipal ou federal, no entanto no que tange a adequação dos materiais as escolas e os profissionais da educação fazem de tudo que é possível: confeccionam jogos com materiais diversos, adaptam lápis, caneta, régua, materiais para contagem, caixa de ovos para ensinar o Braille. Contudo os professores da sala regular ainda se queixam da falta de preparo para trabalhar com os estudantes cegos, autistas, os que têm múltiplas deficiências, os que apresentam síndrome de down ou deficiência intelectual. Como a maioria dos professores têm certo conhecimento em libras eles não se vêem com tanta dificuldade até porque a cidade oferece um curso de libras

acessível à maioria dos professores, no entanto, no que tange a outras formações o município não oferece esse suporte ficando por conta destes profissionais buscarem informações capazes de subsidiar o seu trabalho. Outro fator importante que garante a permanência do aluno é o transporte escolar que vai buscar os estudantes em casa ou até bem próximo delas, facilitando a locomoção diária de centenas de alunos no município, dezenas deles com deficiência, no entanto esse transporte ainda não consegue dar um suporte 100% eficiente ao atendimento desses estudantes em especial no contra turno na zona rural para fazer o AEE, nisso o município de Limoeiro ainda tenta adaptar melhor sua procura e oferta de atendimento.

Segundo a coordenadora, os professores do Ensino Infantil são orientados a trabalharem com os alunos especiais as mesmas atividades que realizam com os demais educandos na sala de aula, realizando tarefas que envolvem o cuidar e o educar, além da socialização, claro que são respeitadas as limitações desses estudantes e estimuladas às que mais são necessárias. Para isso alguns documentos orientam o trabalho educacional infantil a exemplo da CF (88); a LDB (Lei 9394/96); o RCNEI; as DCNEI; além das orientações que constam no sistema de ensino da cidade elaboradas de acordo com o PNE. Quanto ao trabalho realizado pelos professores do AEE a coordenadora informou que tem como base norteadora o PNEE, a Resolução CNE/CEB nº 2 e a Resolução CNE/CEB nº 4 como políticas nacionais, também segue as orientações estaduais e municipais de acordo com as disposições do sistema de ensino municipal.

De forma geral, a coordenadora informou que o trabalho desenvolvido pelos professores do AEE é muito importante neste processo de inclusão, facilitando a adaptação do aluno na Unidade de ensino, desenvolvendo atividades muitas vezes individuais capazes de favorecer o desenvolvimento e a capacidade desses estudantes. Além do mais os professores do AEE trabalham conjuntamente com o professor do regular desenvolvendo atividades capazes de promover a socialização e o desenvolvimento desses educandos além de trocar experiências favoráveis para o trabalho do professor da sala comum.

Diferente do que diz a Resolução CNE/CEB Nº 04/2009 sobre “professores para atuarem nas SRM devem ter formação inicial que o habilite para a docência e formação específica na Educação Especial”, a maioria dos que estão têm a formação para docência, porém ainda não têm formação específica para Educação Especial. Eles vão aprendendo com a prática, leituras e formações ministradas pela Secretaria de Educação Municipal, mensalmente. Quanto à estrutura para atender aos estudantes a coordenadora explica que

algumas são muito boas outras precisam ser melhoradas. Contudo os profissionais da educação conseguem identificar mudanças significativas no desenvolvimento dos alunos atendidos na SRMs, através da participação e do envolvimento dos mesmos nas aulas, nas atividades sociais e escolares, dentro e fora do ambiente escolar.

Quanto aos equipamentos e materiais algumas salas são mais bem equipadas do que outras possuindo materiais variados e diversificados para atenderem às necessidades dos estudantes, como a escola que possui materiais em Braille para trabalhar com uma aluna cega, além de jogos diferenciados que atendem a necessidades diferentes. Em sua maioria possuem computadores, jogos de encaixe, esquema corporal, dominós variados, mesa e cadeiras para atendimento. As escolas também tentam se adequar as novas Leis de Acessibilidade para isso promovem reformas no ambiente escolar para garantir a acessibilidade e a locomoção dos estudantes nos mais variados espaços dentro da escola de acordo com as NBR 9050, para isso elas alargam portas, constroem rampas, adaptam banheiros, sinalizam o piso e as áreas da escola com placas indicativas e/ou piso tátil.

A respeito do intercâmbio/diálogo, das escolas com a Sala de Recurso e esta coordenadoria, foi relatado que o mesmo ocorre bimestral ou semestralmente ou todas as vezes que se fizer necessário, pois há essa troca permanente de informações entre as partes envolvidas que não favorece o afastamento ou distanciamento das mesmas. A avaliação ocorre a cada final de plano quando o professor do AEE verifica se ele conseguiu ou não alcançar os objetivos traçados por ele para um período de atendimento. Daí é elaborado um novo plano para dar continuidade ao anterior. A avaliação não é classificatória e nem excludente ela valoriza o que o aluno conseguiu desenvolver e como ele desenvolve atividades ou comportamentos antes e depois da aplicação do Plano de atendimento.

O passo seguinte foi entrevistar três professores da SRM. Quando indagados sobre a organização/elaboração de um Plano de AEE para as crianças do Ensino Infantil os mesmos informaram que elaboram a partir das necessidades e das habilidades do estudante de acordo com as orientações da Secretaria de Educação.

Dos três profissionais entrevistados foi verificado quanto à experiência em SRM que apenas um possui conhecimento anterior com estimulação sensorio motora, pois desenvolvia esse trabalho, o segundo era professor da sala comum e o terceiro era auxiliar administrativo. Para estes profissionais a participação da família “precisa ser efetiva e participativa, mas nem sempre isso ocorre por falta de conhecimento, interesse, tempo ou boa vontade”.

Quanto ao horário de atendimento os profissionais deram informações diferentes, pois há os que atendem sempre no período oposto ao da sala regular e há o que atende no mesmo período da sala de aula justificando trabalhar em uma escola de comunidade rural e não dispor de transporte em tempo integral para trazer todos os alunos em horário diferenciado para o atendimento. Também há alunos com múltiplas deficiências que não conseguiriam frequentar os dois horários por conta da gravidade de suas deficiências. Esse horário de atendimento diverge do que diz a Resolução CNE/CEB nº 4 Art. 5º “O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns...”

Como documentos norteadores os professores seguem as orientações da secretaria e se utilizam da LDB, RCNEI, DCNEI dentre outros, o contato entre estes profissionais e os professores da sala regular é feito através de conversas informais buscando informações sobre o aluno para melhorarem seu desenvolvimento na sala de aula. A respeito do que poderia ser melhorado as respostas foram acessibilidade, a adaptação dos banheiros, a sinalização visual e tátil e a ampliação da oferta do transporte para buscar os alunos no contra turno para terem atendimento especializado.

Quanto ao perfil dos alunos atendidos no município, foi informado que há no município 191 apresentando deficiência intelectual, 5 com síndrome de down, 4 alunos com cegueira e 7 alunos com baixa visão, 8 com deficiência auditiva, 21 com múltiplas deficiências, 16 alunos com deficiência física, 11 com altas habilidades e 3 com transtorno global do desenvolvimento totalizando 266 estudantes com diagnóstico atendidos pelas SRM.

A respeito das diferenças entre o trabalho do AEE e do professor da sala comum estes profissionais informam que o atendimento oferece condições para o aluno se sair melhor e obter um bom desempenho na sala de aula enquanto o professor do regular segue apenas as orientações do currículo escolar. A informação que os professores da SRM deram sobre as formações foram que elas ocorrem periodicamente oferecidas pela Secretaria de Educação pela equipe que coordena as SRMs

Além dos professores do AEE, foram entrevistados três professores da sala de aula comum, os quais informaram ter conhecimento sobre o novo serviço da Educação Especial (AEE) sabendo que esse serviço se destina aos estudantes com deficiência. Quando indagados sobre o modo como vêm promovendo a inclusão nas salas comuns, eles relataram que procuram promover a participação de todos respeitando suas limitações físicas e/ou

intelectuais, realizando atividades individuais e coletivas favorecendo a dinâmica e a interação entre o grupo.

De modo geral, estes professores vêem as mudanças nos alunos de modo satisfatório, mas, em alguns casos, como um processo lento devido à gravidade das deficiências e dos transtornos que os estudantes apresentam. Os profissionais se articulam com o professor do AEE sempre que se faz necessário trocando experiências e buscando informações sobre o aprendiz de maneira equilibrada. Para estes participantes da pesquisa, o que difere o trabalho do professor do AEE com o do ensino comum é a quantidade de conteúdos oferecidos pelo currículo, tendo em vista que estes “devem ser trabalhados independente ou não do estudante ter conseguido avançar nos seus conhecimentos”. Para um dos professores entrevistados “trabalhar individualmente de maneira lúdica é fácil, mas na rotina da sala de aula tudo é muito diferente”.

Convém ressaltar que o AEE veio para ampliar o leque de conhecimentos obtidos pelos professores que passaram a promover aulas mais dinâmicas e interessantes, fazendo com que todos possam desenvolver suas habilidades, independentemente de suas limitações. Ou seja, o foco é com o potencial do aluno e não com a limitação. Assim, o processo de aprendizagem envolve a todos não apenas o especial, mas todos aqueles que possuem dificuldades e que estavam esquecidos num cantinho da sala. Para uma das professoras “a inclusão é positiva e veio para todos, para facilitar e promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos que tem deficiência ou não”.

Terminada a pesquisa com os professores da sala regular foram entrevistados três dirigentes de escolas municipais, os mesmos informaram que tem conhecimento sobre o AEE como serviço educacional especial e relataram que as escolas vêm garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência dentro de suas possibilidades e das limitações das escolas que vem se adequando para atender os alunos da melhor forma possível respeitando e garantindo o direito que todos têm como cidadãos de estarem inseridos no ambiente escolar. Para isso, as escolas promovem ações como oferta do AEE, formações continuadas para os professores da SRM e da sala comum, oportunizando acessibilidade nos espaços e materiais da escola, orientando as famílias e estabelecendo parcerias com outros setores da comunidade.

Como estratégias para garantir a inclusão e a promoção dos estudantes com NEE no contexto escolar, as gestoras informaram que buscam parcerias com as Secretarias de Educação e Saúde, visitas às famílias, reivindicações de recursos para adaptação do ambiente

escolar, transporte adequado para locomoção desses educandos e a inserção dos mesmos, nas mais variadas atividades, dentro da escola, nas festividades e eventos promovidos por ela.

Para as gestoras o que distingue o trabalho da SRM do trabalho oferecido pelos professores das salas de aula comum é o trabalho onde o professor do AEE desenvolve a partir da necessidade específica de cada aprendente de forma individual garantindo assim a eficácia do atendimento de maneira lúdica e prazerosa além de oferecer um ambiente atrativo e o uso de materiais didáticos exclusivos para cada deficiência, não trabalha com um grande grupo nem atende objetivando os conteúdos, habilidades e competências com a finalidade de avaliar a aprendizagem e desenvolvimento dos mesmos e sim o exercício pleno como cidadãos ativos que devem estar inseridos em todos os espaços sociais.

O PPP das escolas também contempla o AEE, pois é essencial que esta política esteja inserida na proposta pedagógica da escola objetivando um melhor rendimento, e aperfeiçoamento desta oferta de trabalho além do mais o atendimento funciona como um estímulo para os alunos com deficiência garantindo a assiduidade no horário regular e consequentemente causando melhorias na aprendizagem. O intercâmbio realizado entre os gestores e os demais envolvidos no processo educativo dos alunos com deficiência se dá através das formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Ensino e a coordenação das SRM através de repasses e das normativas durante as reuniões. Também ocorrem informalmente quando se faz necessário.

Quando indagados sobre as sugestões a serem feitas para aprimorar o serviço do AEE os gestores informaram que tanto as escolas quanto os professores da SRM deveriam inserir mais os alunos com deficiência nos projetos da escola, nos eventos comemorativos apresentando as famílias e a comunidade (em geral) os avanços e as atividades que eles conseguiram desenvolver durante o bimestre ou o semestre também devem acontecer formações esclarecedoras capazes de elucidar e diminuir as dúvidas sobre o trabalho com o aluno especial, sobretudo com os professores da sala regular que convivem diariamente com esses aprendizes.

Outra coisa que deve ser investida é a acessibilidade nas escolas, algumas delas foram contempladas com o Plano de Acessibilidade do Governo Federal e terão rampas construídas, banheiros adaptados, portas alargadas e móveis adaptados tudo para garantir a acessibilidade para alunos, pais e comunidade em geral dentro do ambiente escolar.

O último passo foi à pesquisa realizada com três pais de alunos que recebem atendimento educacional especializado. Ao serem questionados sobre o tempo em que as

crianças frequentam a sala de aula comum foi informado que a cerca de um ou dois anos. Essa matrícula se deu porque os alunos já faziam acompanhamento com outros médicos que solicitaram o atendimento dos mesmos nas SRM, além disso, os alunos matriculados na Escola para frequentar a sala de aula comum logo em seguida são também matriculados no AEE quando comprovada a necessidade objetivando a inclusão e o desenvolvimento destes estudantes. Foi visto que há crianças que acompanham psiquiatra, neurologista, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional etc. Quando indagados sobre as mudanças que ocorreram na vida das crianças no contexto escolar e social eles afirmaram que ainda são leves, mas que é possível relatar a interação e socialização dos mesmos de forma notória. Uma das mães entrevistadas acredita que o filho progride bastante com todo o tratamento não só com o atendimento na SRM. Na visão dela ainda é cedo para criar expectativas visto que o filho possui o Transtorno do Espectro Autista, mas pode dizer que já vê mudanças na interação do comportamento social do menino. Quando foram questionados sobre o que eles acham que falta ou que deve melhorar para que o AEE funcione melhor os mesmos relataram estar satisfeitos com o atendimento, mas acreditam que os profissionais precisam de mais entendimento para trabalhar com os educandos, tanto os da Sala de Recurso como os do Ensino Regular, outro fator relatado foi à carência de transporte para trazer os estudantes para escola no contra turno para realizar o AEE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados constantes nesta pesquisa têm por intenção analisar os avanços e limitações enfrentadas pelas escolas de Educação Infantil do município de Limoeiro-PE para garantir o acesso, a permanência e o efetivo desenvolvimento desses educandos nas salas de aula do Ensino Regular. Hoje a inclusão das pessoas com deficiência é um fato, porém se faz necessário às discussões e compreensões a respeito de como isso deve acontecer desde o acolhimento, à integração e a permanência destes alunos, garantindo uma instrução de qualidade para todos de forma igualitária como assegura a LDB N° 9394/96, no seu Art. 3° inciso I “igualdade de condições e permanência na escola”.

Nesse contexto é preciso que o entendimento sobre educação inclusiva que, segundo DULTRA (2008) constitui um paradigma educacional fundamentada na concepção de direitos humanos e que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis sejam comuns a todos que formam a instituição acolhedora.

Também se faz necessário compreender a SRM como um local que oferece atendimento diferente do ensino regular, mas que não é um espaço de reforço educacional, nem tão pouco local de complementação das atividades escolares. Nela o aluno vai poder desenvolver melhor suas habilidades para complementar seu processo de inclusão, tanto escolar quanto social. A cidade de Limoeiro foi contemplada com a primeira sala de recursos em 2010, às outras chegaram a partir de 2011. A forma como chegaram, sem organização prévia e sem muito conhecimento por parte da comunidade escolar e demais comunidades, trouxe questionamentos e até preconceitos sobre suas atividades e resultados. Hoje esse trabalho acontece de modo sistemático organizado por uma equipe competente que tenta resolver da melhor forma possível os problemas que vão surgindo ao longo do ano.

Para esclarecer melhor estas questões, foi desenvolvido um trabalho junto às escolas que oferecem as SRM. Também foi possível entrevistar alguns pais e professores. Com o resultado dessas entrevistas foi possível formar um panorama geral acerca dos avanços e dos desafios enfrentados pelo município de Limoeiro para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas do município. Além das observações e anotações, os dados foram coletados através de questionários aplicados a coordenadores, professores da SRM, professores do ensino regular com alunos assistidos no AEE, gestores e pais de alunos e foram suficientes para:

- ✓ Examinar como as escolas de educação Infantil têm conseguido garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas de educação infantil;
- ✓ Identificar as concepções de educação inclusiva no contexto da educação infantil no município de Limoeiro;
- ✓ Verificar o trabalho desenvolvido nas salas de recursos com crianças especiais da educação infantil;
- ✓ Conhecer a real contribuição desta prática, para a inclusão escolar e social destes alunos;
- ✓ Identificar os profissionais envolvidos, sua formação e educação continuada, no desenvolvimento deste programa de apoio a inclusão escolar e social.

O contato inicial foi com a coordenadora municipal de Educação Especial de Limoeiro, a qual afirmou que todas as 24 escolas municipais estão inseridas no processo de inclusão, porém SRM existe apenas em nove delas. Destas, cinco estão na zona urbana e quatro na zona rural, todas atendem crianças com diversas deficiências e necessidades educacionais diferenciadas.

Foi verificado que há escolas com dois professores de AEE, um pela manhã e outro à tarde, já que os alunos são atendidos no contra turno, porém há escolas com apenas um professor devido ao número pequeno de alunos atendidos. Dentre os alunos matriculados nas salas de recurso encontramos alunos com deficiência mental/intelectual, baixa visão, cego, surdo, deficiência física, deficiência múltipla, transtorno global do desenvolvimento. Para estes alunos a sala dispõe de professores, jogos pedagógicos com aspectos lúdicos, jogos pedagógicos adaptados às necessidades especiais, livros didáticos e paradidáticos.

A secretaria dispõe de formações periódicas para os professores e reuniões com os pais, quando se faz necessário. Quanto à complementação de equipamentos e materiais, que deixam de ser repassados pelo MEC, a prefeitura através de sua secretaria de finanças, segundo informou a coordenadora, os repassam com recursos do PDE referentes à acessibilidade. Algumas escolas que receberam tal recurso fizeram adequações em seus banheiros, rampas e portas além de sinalizarem a escola com piso tátil. Nas escolas observadas, os gestores se mostraram confiantes neste trabalho, mas reconhecem as dificuldades encontradas ao longo do processo. Uma questão que foi levantada e que também dificulta o trabalho dos gestores é a participação e parceria das famílias, poucas demonstram o interesse necessário para o bom desenvolvimento do trabalho.

Outra preocupação é com o transporte escolar que ainda é insuficiente para atender a todos os alunos com deficiência, principalmente na Zona Rural. Veículos adaptados também são difíceis para atender às necessidades dos alunos. Em relação aos pais ficou claro, para os que acompanham seus filhos neste processo, que as atividades desenvolvidas nestas salas de recursos vêm contribuindo muito para o desenvolvimento escolar e social da criança. Todos têm um fato importante para contar sobre o quadro evolutivo de seus filhos. Uma mãe relatou que seu filho se mostrava muito tímido e relutante em ir a uma escola regular. Depois de frequentar a sala de recursos tem se mostrado confiante, conversador e participativo na escola. Durante uma das visitas foi possível presenciar o professor da sala de recursos disponibilizando ao professor da sala de aula comum materiais pedagógicos para serem usados por um aluno de ambas as salas. Isso demonstra o entrosamento entre os professores e a importância que isso representa para a aprendizagem dos alunos.

Concluo este trabalho fazendo uma reflexão de que em Limoeiro/PE, apesar dos problemas encontrados, o processo de inclusão ocorre e as salas de recursos, mesmo que lentamente, vem dando suporte significativo a inclusão escolar e social das pessoas com NEE. Também fica o desejo de poder contribuir com a educação local, no sentido de perceber a necessidade de maior capacitação dos professores, articulação entre as famílias e sociedade em geral e melhoria na infraestrutura, física e material, das salas de recursos a fim de proporcionar maiores condições de trabalho e aprendizagem para os que usufruem destes espaços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

____. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

MEC. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: Ministério da Educação (MAC), Secretaria de Educação Especial, 2001.

MEC. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação (MEC), 2009.

MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de Pesquisa Aplicada à educação. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; BEZERRA, Lebiã Tamar Silva (Orgs.). Trilhas do Aprendente. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009. V.5, p.154-204.

____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 2, de 11-9-01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001).

____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, de 2-10-09. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, (2009).

____. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, PANTOJA, Luísa de Marillac P. e MANTOAN, Maria Teresa Égler: organizadores. Atendimento Educacional Especializado Aspectos Legais e Orientação Pedagógica. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2007

APÊNDICE A

Questionário Para o Coordenador Municipal da Unidade de Educação Especial

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Os desafios da Inclusão: Estudantes com deficiência na Educação Infantil do município de Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia a Distância - UAB/UFPB/Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Município: _____

Nome do (a) Coordenador (a): _____

Formação Acadêmica: _____

Data da entrevista: ____/ ____/ ____

QUESTIONÁRIO

1. As escolas que oferecem o Ensino Infantil no município de Limoeiro-PE estão preparadas para Receber alunos com deficiência?

() Sim () Não Por quê? _____

2. Como a escola de Limoeiro vem se organizando para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no município de Limoeiro-PE? _____

3. Que orientações os professores da sala regular recebem para trabalhar atividades que envolvam o cuidar e o educar dentro do ensino infantil com os alunos que apresentam deficiência? _____

4. Quais documentos orientam o trabalho educacional infantil no município de Limoeiro?

() CF 88 () LDB (Lei 9394/96) () RCNEI () DCNEI () Outros Quais?

5. Quais documentos orientam o trabalho realizado pelos professores do AEE?

☐ PNEE ☐ ECA ☐ Resolução CNE/CEB Nº2 ☐ Resolução CNE/CEB Nº4 ☐ Outros

Quais? _____

6. De uma forma geral, como são as atividades desenvolvidas no AEE? _____

7. Como são preparados os professores do município de Limoeiro para trabalharem nas Salas de Recurso Multifuncionais - SRMs? _____

8. Qual a formação mínima exigida para os professores que atuam SRMs de seu Município? _____

9. Existe algum programa de formação continuada para os professores das SRMs promovido pelo próprio Município? Qual/quais? _____

10. As SRMs estão devidamente estruturadas para atender ao seu público? _____

11. Que mudanças o município de Limoeiro identifica na aprendizagem de seus alunos após a implementação das SRMs e do AEE? _____

12. Quais os recursos /equipamentos disponíveis nas SRMs? _____

13. Como é a questão da acessibilidade nas escolas? _____

14. Indique quais adequações físicas foram (estão sendo, serão) executadas nas escolas de sua rede de ensino:

☐ Construção ou adequação de rampas

☐ Alargamento de portas

☐ Adequação de banheiros

☐ Sinalização visual

☐ Sinalização sonora

☐ Sinalização tátil

☐ Outros. Especifique: _____

☐ Nenhuma adequação ainda.

15. Os profissionais que projetaram, executaram e acompanharam as adequações físicas na sua escola conhecem e obedeceram a NBR 9050 que dispõe das normas técnicas de acessibilidade?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

16. Como é feito o intercâmbio/diálogo, das escolas com a Sala de Recurso e esta coordenadoria? _____

17. Qual período e como é feita a avaliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos nas SRMs? _____

Assinatura do coordenador (a)

Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.

Atenciosamente - professora Andréa Maria dos Santos Silva.

Questionário para o Professor da Sala de Recursos Multifuncionais - SRMs

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Os desafios da Inclusão: Estudantes com deficiência na Educação Infantil do município de Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância – UAB/UFPB Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____

Nome do Professor _____

Idade _____ Sexo: () M () F Formação Acadêmica _____

Tempo de serviço como Professor da SRM _____ Data da entrevista ____/____/____

QUESTIONÁRIO

1. Como você organiza um Plano de Atendimento Educacional Especializado – AEE – para as crianças do Ensino Infantil? _____

2. Antes de trabalhar na Sala de Recursos Multifuncionais – SRMs – que tipo de experiência profissional você teve? Assinale uma ou mais alternativas:

- () Escola especial () Classe especial
() Escola comum () Não tive experiências anteriores
() Outras. Especifique _____

3. Qual é a participação de família no AEE? _____

4. Em que período os alunos recebem atendimento na SRMs?

- () Sempre no período oposto ao da sala regular.
() Sempre no período em que frequentam a escola.
() Às vezes no mesmo período da sala de aula, às vezes no período oposto.

5. Que documentos orientam o planejamento e desenvolvimento de suas atividades?

() LDB (Lei 9394/96) () RCNEI () DCNEI () Outros Quais?

6. Como é estabelecido o contato entre você e o professor da sala regular para discutirem sobre os alunos que estão sob responsabilidade de ambos? _____

7. Em sua opinião o que poderia ser feito ou mudado para melhorar o atendimento na SRMs?

8. Qual o perfil dos alunos atendidos nas SRMs do seu Município?

- | | |
|---------------------------------------|--|
| () Aluno com deficiência intelectual | () Aluno com deficiência múltipla |
| () Aluno com baixa visão | () Aluno com Síndrome de Down |
| () Aluno cego | () Aluno com surdo cegueira |
| () Aluno com deficiência auditiva | () Aluno com transtorno global do desenvolvimento |
| () Aluno com surdez | |
| () Aluno com deficiência física | |
| () Outros. Quais? _____ | |

9. Que diferenças você identifica no trabalho desenvolvido no AEE e na sala de aula comum?

10. Como acontece, onde e quem promove as formações continuadas dos professores da SRMs? _____

Assinatura do Professor

Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.

Atenciosamente – professora Andréa Maria dos Santos Silva.

Questionário para o Professor da Sala de Aula Comum

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Os desafios da Inclusão: Estudantes com deficiência na Educação Infantil do município de Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância – UAB/UFPB Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____

Nome do Professor _____

Formação Acadêmica _____

Tempo de serviço como Professor da sala regular _____

Data da entrevista ____/ ____/ ____

QUESTIONÁRIO

1. Você teve conhecimento do AEE como um novo serviço da educação especial?

() Sim

() Não

2. Você sabe a quem se destina o AEE?

Explique: _____

3. Como você vem trabalhando a inclusão dos alunos que possuem deficiência na sua sala de aula? _____

4. Como você percebe as mudanças no desempenho escolar dos seus alunos que recebem esse serviço educacional diferenciado – AEE? _____

5. Como você se articula com o professor do AEE para que ambos possam atender adequadamente as necessidades do aluno que vocês tem em comum? _____

6. O que distingue o AEE do ensino desenvolvido por você na sua sala de aula no ensino Infantil? _____

7. De que forma o AEE mudou a sua maneira de planejar e executar as aulas contribuindo para a aprendizagem de seus alunos? _____

Assinatura do Professor

Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.
Atenciosamente – professora Andréa Maria dos Santos Silva.

Questionário para a Direção da Escola

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Os desafios da Inclusão: Estudantes com deficiência na Educação Infantil do município de Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância – UAB/UFPB Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____

Nome do Gestor (a) _____

Formação Acadêmica _____

Tempo de serviço como gestor (a) _____

Data da entrevista ____/ ____/ ____

QUESTIONÁRIO

1. Você teve conhecimento do AEE como um novo serviço da educação especial e como Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?

☐ Sim

☐ Não

2. Como a sua escola vem garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência dentro do ambiente escolar?

3. Quais são as ações da educação especial desenvolvidas na sua escola?

☐ Oferece o AEE.

☐ Promove formação continuada de professores de AEE.

☐ Promove formação continuada de professores da sala de aula comum.

☐ Oportuniza acessibilidade nos espaços e materiais escolares, entre outros.

☐ Orienta às famílias.

☐ Estabelece parceria com outros setores na comunidade.

☐ Outras. Especifique: _____

4. Quanto aos alunos que frequentam a SRMs: Quantos são da sua escola? ____

Quantos são de outra escola? ____

5. Que estratégias a escola desenvolve para promover a inclusão dos alunos com deficiência dentro do contexto escolar?

6. O que distingue o trabalho da sala de recursos multifuncionais do trabalho oferecido pelos professores das salas de aula na sua escola? _____

7. O AEE faz parte do projeto político pedagógico de sua escola?

☐ Sim

☐ Não.

Porquê _____

8. Houve mudanças na aprendizagem dos alunos da educação especial de sua escola com o surgimento do AEE?

☐ Sim

☐ Não.

Por quê? _____

9. Você estabelece algum tipo de intercâmbio/diálogo com o professor da SRMs, com outros gestores da rede e com o coordenador da Educação Especial do Município de Limoeiro - PE?

☐ Sim

☐ Não.

Como? _____

10. Você tem sugestões a fazer para o aprimoramento do serviço de AEE em relação aos seus professores, recursos materiais e equipamentos? Cite-as: _____

Assinatura do (a) Gestor (a)

Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.

Atenciosamente – professora Andréa Maria dos Santos Silva

APÊNDICE B

Entrevista para pais/mães ou responsáveis por alunos que frequentam a sala comum e a sala de recursos multifuncionais.

Esta entrevista é parte integrante do texto monográfico “Os desafios da Inclusão: Estudantes com deficiência na Educação Infantil do município de Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância – UAB/UFPB Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola_____

Responsável pela informação_____

Grau de parentesco com o aluno_____

Idade_____ Sexo____ Formação Acadêmica_____

ENTREVISTA

1-Desde quando seu (sua) filho (a) frequenta a sala de aula comum?

2-Quando e porque ele (ela) foi matriculado (a) numa sala de Recursos Multifuncionais?

3-O que mudou na vida do (a) seu (sua) filho (a), no contexto escolar e social, depois deste trabalho na sala de recursos multifuncionais?

4-O que você acha que falta ou que deve melhorar para que a AEE funcione melhor?

Assinatura do pai ou responsável

Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.

Atenciosamente – professora Andréa Maria dos Santos Silva.